

HABEAS CORPUS Nº 515.104 - RJ (2019/0167215-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO HENRIQUE ROCHA FERREIRA
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE ROCHA FERREIRA - RJ205246
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FRANCISCO ALEXANDRE DO NASCIMENTO BERTOLDO
(PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FRANCISCO ALEXANDRE DO NASCIMENTO BERTOLDO no qual se aponta como autoridade coatora a Desembargadora Denise Vaccari Machado Paes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relatora do *Habeas Corpus* n. 0028434-33.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que, no dia 11/4/2019, o paciente e outros 2 indivíduos subtraíram para si ou para outrem, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma faca, uma quentinha contendo macarrão tipo Yakisoba, de propriedade da lesada Fabiana Cristina de Moraes.

Segundo a denúncia, "*a vítima caminhava [...], acompanhada de sua filha menor, quando foi abordada pelos denunciados, que ocupavam o veículo VW/Kombi, placa KZS-2435. O denunciado Luís Paulo era o condutor do veículo, o denunciado Manoel ocupava o banco do carona, enquanto o denunciado Francisco estava no banco traseiro. Após parar a Kombi, o denunciado Francisco, empunhando uma faca, anunciou o assalto, e determinou que a vítima lhe desse seus pertences. Assustada a vítima relatou aos criminosos que não trazia consigo nenhum bem, apenas uma sacola com uma porção de Yakisoba. Para provar o que estava dizendo, a ofendida chegou a levantar a sua camisa, para mostrar aos roubadores que não trazia consigo nada de valor*" (e-STJ fl. 18).

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 22/25).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* com pedido liminar, que foi indeferido em 5/6/2019 pela Desembargadora relatora (e-STJ fls. 10/14).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual a defesa postula a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal em razão do flagrante constrangimento ilegal a que está sendo submetido o paciente em razão da custódia cautelar que lhe foi imposta.

Afirma que a decisão proferida pelo juízo processante mantendo a custódia cautelar carece de fundamentação idônea.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente, as quais autorizam a concessão do direito de responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão ou que seja concedida a revogação da prisão preventiva, diante da desnecessidade de segregação cautelar, tendo em vista que a natureza do objeto supostamente roubado é de origem alimentar. Caso assim não se entenda, requer que seja deferida a transferência do paciente para o presídio Evaristo da Veiga, no Bairro de São Cristóvão, para que ele receba visita de seus entes queridos.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar de forma mais detida a argumentação constante da impetração.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito, constou da decisão de e-STJ fls. 22/26 a necessidade da custódia cautelar em razão da gravidade concreta da conduta em tese perpetrada pelo paciente, que teria, na companhia de outros 2 indivíduos, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma faca, subtraído uma sacola da vítima contendo comida. Destacou também o decreto de prisão a necessidade de garantia da instrução processual, uma vez que a vítima ainda não prestou depoimento. Tais circunstâncias, neste caso, legitimam a imposição da segregação cautelar.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da

Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

